



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2024 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2024**

O **MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.101.821/0001-01, torna público para conhecimento, dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica**, do tipo “**menor preço global**”, pelo modo de Disputa “**Aberto e fechado**” mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, na forma da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Decreto Municipal 6.602/2023 de 05 de julho de 2023, e demais legislações aplicáveis.

1 - DATA DE JULGAMENTO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 - DATA DE JULGAMENTO

1.1.1 – UASG: 987989 – PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE PARANÁ

1.1.2 A sessão de processamento da Concorrência será realizada no ambiente virtual do Compras.Gov.Br “Acesso Identificado”, no dia **09/12/2024** às **09h00min**.

1.1.3 - Não será admitida a entrega de propostas APÓS as **08h59min** do dia **09/12/2024**.

2 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

2.2 – A concorrência, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.3 - Com a apresentação da proposta de preços a empresa assume automaticamente o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, inclusive ter conhecimento das especificações técnicas dos itens, objeto desta licitação.

2.4 A proponente deverá deixar o local limpo e livre de entulhos decorrentes dos serviços.

2.5 – A proponente deverá apresentar ART recolhida antes do início dos trabalhos/obra.

2.6 – A proponente deverá efetuar a inscrição da obra junto ao INSS.

2.7 – A proponente fornecerá todo o material necessário para a obra.

2.8 – Para emissão da ORDEM DE SERVIÇO a proponente deverá apresentar o comprovante de inscrição da obra junto ao INSS e ART.

2.9 – A sessão de processamento do certame será conduzida por um(a) Pregoeiro(a), escolhido dentre os três primeiros listados abaixo, na qualidade de Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio à Comissão de Contratação, designados através do Decreto Municipal nº 6.949/2024 do dia 27 de junho de 2024, alterado pelos Decretos 6.966/2024 e 7.047/2024 ficando assim definida:

Comissão de Contratação:

Sandra Regina Ramos da Silva, Matrícula nº 7571;

Keli Fátima Trevisol, Matrícula nº 3287251;

Rosangela da Conceição Romano, Matrícula nº 329731.

Célia Aparecida de Souza, Matrícula 331622.

Nayara Caroline Rodrigues Lopes, Matrícula nº 3288241

Francieli Pinheiro dos Reis, Matrícula nº 3287661.

Cleunice Fátima Dani Maccari, Matrícula nº 332441.

Juliana Estevão de Oliveira Rosalen, Matrícula nº 332421.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

Equipe de apoio:

Luan Jose da Silva, matricula 3288441

Gabriel Mazzo de Queiroga Cavalli, matricula 3288821

Douglas Schek Cieslinski, matricula 32893221

3 DO OBJETO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA E VALOR

3.1 - O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa para melhorias da estrutura do Parque Ambiental Prefeito Nelson Tute Thomazinho, melhorias na Praça da Bíblia e ciclofaixas em diversas ruas da cidade**, conforme as especificações constantes deste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

3.2 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, projetos e demais condições definidas neste Edital.

3.3 - Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3.4 - Será utilizado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em que os licitantes apresentam de lances sucessivos, com prorrogações.

3.5 O valor total máximo estimado para esta licitação é de **R\$ 1.509.051,25** (um milhão, quinhentos e nove mil, cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos).

3.6 O custo estimado das quantidades foi obtido mediante informações coletadas nas bases oficiais das tabelas SINAPI, e constam informados na memória de cálculo.

4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimento, providência ou impugnação sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do certame, ou seja, até o dia **04/12/2024** (quarta-feira).

4.1.1 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 - O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro/agente de contratação, devidamente protocolado no setor de Protocolos do Município de Vera Cruz do Oeste, durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min, das 13h30min às 17h30min, ou via e-mail para os Agentes de Contratação nos endereços: pregoeiraveco@gmail.com ou licitacao@veracruz.pr.gov.br.

4.2.1 - Os requerimentos deverão ser protocolados em forma de Ofício, devidamente assinado pelo responsável legal, acompanhado de documento de identificação da empresa.

4.3 - As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas no Portal do Compras.Gov.BR (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no Portal da Transparência do Município de Vera Cruz do Oeste - PR, (www.veracruz.pr.gov.br).

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta Concorrência Eletrônica empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.2 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados nas licitações, em sua forma eletrônica.

5.3 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

5.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este certame.

5.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.6 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.7 A licitante deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP, no Termo de Referência, projetos, memoriais e nos demais anexos deste edital, esclarecendo junto ao MUNICÍPIO toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução e entrega do objeto licitado.

5.8 De acordo com o art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não poderão participar desta licitação:

5.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.8.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.8.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.8.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.8.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.8.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

5.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9 O impedimento de que trata o item 5.8.47 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8.2 e 5.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.12 O disposto acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.14 A vedação de que trata o item 5.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.15 - Como requisito para participação nesta Concorrência, o licitante se autodeclarará, em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações:

a) Que, em caso de microempresa, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo

f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

5.16 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

6.1 Conforme o código penal **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940** constitui crime:

6.1.1 Frustração do caráter competitivo de licitação

[Art. 337-F.](#) Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

6.1.2 Perturbação de processo licitatório

[Art. 337-I.](#) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

6.1.3 - Fraude em licitação ou contrato

[Art. 337-L.](#) Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

III - entrega de uma mercadoria por outra;

IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;

V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

7 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, ou do Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.2 - As ME, EPP e MEI deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.3 - Constatada a existência de sanção, o Agente de contratação poderá reputar o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

7.4 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.5 – Serão exigidos, para comprovação da habilitação jurídica:

7.5.1 - Registro comercial devidamente inscrito na Junta Comercial, no caso de empresa individual;

7.5.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.5.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.5.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.5.5 - Procuração do representante do licitante para a concorrência, se for o caso;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

7.5.6 - Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.6 Serão exigidos, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

7.6.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.6.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.6.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal pelo link <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>, abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional do domicílio ou sede do proponente;

7.6.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.6.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.6.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores; através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

7.6.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.6.8 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, à critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.6.8.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior poderá ser concedida pela Administração desde que requerida pelo licitante, com a devida justificativa

7.7 - Serão exigidos, para a comprovação da qualificação econômico-financeira:

7.7.1 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.7.1.1 – O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.7.1.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.7.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação,

7.7.3 – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.7.4 As proponentes deverão demonstrar, através de seu balanço patrimonial, índices



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

de:

7.7.4.1 – liquidez geral – valor mínimo: 1,50 (um e cinquenta);

7.7.4.1.1 – O índice de Liquidez Geral é calculado através da seguinte fórmula:

$$\frac{AC+RLP}{PC+ELP}$$

Na qual:

LG= liquidez Geral

AC = ativo circulante

RLP= realizavel a longo prazo

PC=passivo circulante

7.7.4.2 – liquidez corrente – valor mínimo: 1,50 (um e cinquenta);

7.7.4.2.1 – O índice de Liquidez Corrente é calculado através da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Na qual:

LC = liquidez corrente

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

7.7.4.3 – endividamento – valor máximo: 0,40 (zero vírgula quarenta).

7.7.4.3.1 O índice de endividamento é calculado através da seguinte fórmula

$$E = \frac{PC}{AT} \times 100$$

Na qual:

E = endividamento

PC = passivo circulante

AT = ativo total

7.8 – Serão exigidos, para comprovação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL:

7.8.1 – Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

7.8.2 - Comprovante do registro do profissional indicado como responsável técnico para a execução do objeto da licitação, no respectivo Conselho de Classe, com data vigente;

- Em se tratando de empresa ou profissional não registrada no CREA/CAU do Estado do Paraná, deverá ser apresentado o registro do CREA/CAU do Estado de origem, ficando obrigado a apresentação de visto do CREA/CAU do Paraná antes da assinatura do contrato.

NOTA: O registro da empresa e do profissional exigido no item 7.8.1 e 7.8.2 deverá se dar junto ao Conselho de Classe com jurisdição na região onde se situa a sede da empresa ou sua filial e, no caso de profissional, sua residência.

7.8.3 – Declaração de responsabilidade técnica, indicando o(s) responsável (is) técnico(s) pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador podendo o mesmo ser substituído, mediante solicitação formal e expressa autorização do Contratante, desde que atenda as exigências do edital.

7.8.3.1 – a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (e/is) técnico (s) indicado



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

(s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, Edificação em alvenaria; Instalações elétricas; Pinturas Viárias, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021.

7.8.3.2 A declaração exigida no item 7.8.3 deverá estar acompanhada da comprovação de vínculo profissional através de uma das seguintes formas:

7.8.3.2.1 - apresentação da cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste o profissional como contratado;

7.8.3.2.2 - do contrato Social da Licitante em que conste o profissional como sócio;

7.8.3.2.3 - do Contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente vencedora;

7.8.3.2.4 - Certidão do CREA ou do CAU;

7.8.3.2.5 - declaração de intenção de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

7.8.4 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme art. 67, inciso VI da Lei 14.133/2021.

7.9 – A proponente vencedora poderá realizar visita prévia e inspecionar o local das obras até o último dia útil anterior ao da licitação, em horário comercial, com datas e horários a serem agendados com a equipe de engenharia através do telefone (45) 3267-8015 ou (45) 3267-8034, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.

7.9.1 As despesas de mobilização e deslocamento, caberá à proponente vencedora, portanto ciente das obrigações inerentes a prestação dos serviços.

7.9.2 Todas as condições locais da obra deverão ser adequadamente observadas nessa visita, quando os LICITANTES deverão conhecer e equacionar, mediante inspeção preliminar e coleta de informações, todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no desenvolvimento dos trabalhos.

7.9.3 Declaração de visita técnica/vistoria do local das obras, ou caso o licitante optar por não realizar a vistoria, o mesmo deverá apresentar declaração de conhecimento das condições para a execução dos serviços e assumir total responsabilidade por esse fato e não poderá apresentar quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras contra o município contratante.

7.10 – É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

7.11 – Comprovação de Impedidos de licitar, no Tribunal de Contas do Paraná, através do link: <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/emitir-certidao-de-pendencias/267490>, atendendo a Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.12 – Comprovação de Impedidos de licitar, no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, através do link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>, atendendo a Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.13 – A falta de apresentação dos documentos listados nos itens 7.11 e 7.12, não será motivo para desclassificação, podendo os agentes de contratação/pregoeiros consultá-las no momento do certame e na assinatura do contrato.

7.14 – As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

7.15 – Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

7.16 - A habilitação dos Licitantes poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

7.16.1 - O cadastro no SICAF PODERÁ SUBSTITUIR APENAS os documentos indicados nos subitens – Habilitação Jurídica, - Qualificação econômico-financeira e - Regularidade fiscal e trabalhista, sendo que os demais documentos são de apresentação obrigatória.

7.16.2 - Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF) ou no CRC do Município, o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, e suas alterações.

7.16.3 - Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

7.16.4 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Agente de contratação e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

7.17 – No julgamento da habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante cuja proposta apresentada seja a de menor valor, poderá ser declarado vencedor.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, o valor de sua proposta para o objeto licitado até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastro do valor ofertado por sua empresa para execução dos serviços para o certame.

8.2 - O envio da proposta e dos documentos de habilitação, quando solicitados, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 - Juntamente com a proposta deverá ser apresentada a Planilha Orçamentária, cronograma físico-financeiro e composição do BDI, os quais deverão ser preenchidos conforme modelo disponibilizado pelo município, com nome do titular ou do representante da empresa, legalmente constituído, com respectiva assinatura.

8.3.1 O licitante deverá apresentar a planilha, obrigatoriamente, contendo a composição unitária dos custos dos serviços, e com a descrição completa de todos os itens na forma constante na planilha, sob pena de desclassificação.

8.4 - Os valores unitários do material e da mão-de-obra apresentados na planilha que deverá acompanhar a proposta, não poderão ser superiores aos valores unitários do material e da mão-de-obra constantes da “planilha de serviço, quantitativos e valores”, que integra o Edital, sob pena de desclassificação.

8.5 - Os quantitativos apresentados pela licitante na planilha que deverá acompanhar a proposta, deverão ser iguais aos que constam da planilha de serviços, quantitativos e valores apresentados pelo município, sob pena de desclassificação.

8.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridas no sistema.

8.7 – As ME, EPP e MEI deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006.

8.8 - Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.9 - Ao oferecer sua Proposta de Preços, o proponente estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições estabelecidas na mesma.

8.10 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e serviços, bem como considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, elaborando sua proposta mediante a análise dos requisitos solicitados pelo município.

8.11 - Os preços deverão ser cotados em moeda nacional (não se admitindo cotação em moeda estrangeira), limitada a 02 (duas) casas após a vírgula.

8.12 - Nos valores propostos, deverão estar incluídas todas as despesas e encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado, incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus extras para o Município de Vera Cruz do Oeste - PR.

8.13 - Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

8.14 - Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e para-fiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta na prestação dos serviços, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte/contratado, assim definido na Norma Tributária.

8.15 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua elaboração, sendo esta não superior à data de concorrência do certame.

8.16 - A proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado.

8.17 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.18 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.19 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances, em local informado via chat durante a sessão.

8.20 - A documentação de habilitação, assim como a constante neste item, **caso solicitada**, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 202, centro, CEP 85.845-000, aos cuidados do Departamento de Licitações. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano da Concorrência.

9 - DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 123/2006



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

9.1 – Em relação à comprovação da regularidade fiscal e do direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte (LC nº 123/06), aplicam-se as seguintes disposições:

9.1.1 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.1.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, neste caso sendo habilitadas sob condição.

9.1.3 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, será-lhe concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

9.1.4 - As certidões deverão ser apresentadas ao agente de contratação/comissão de contratação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021.

9.1.5 - Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese no art. 45, II, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo a ordem de classificação.

9.1.6 - Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedor do certame.

10 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - A abertura da presente concorrência dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 - O sistema ordenará automaticamente as propostas que participarão da fase de lances.

10.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação (a) e os licitantes.

10.3.1 – É dever do licitante o acompanhamento das mensagens, informações e solicitações realizadas através do chat no sistema de concorrência eletrônica.

10.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.4.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado neste Edital.

10.4.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), o qual incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.7 - Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

10.8 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.9 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.10 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.12 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos Itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.13 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.14 - No transcurso da sessão pública, durante a etapa aberta, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15 - No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

10.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.17 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.

10.19 O sistema identificará em coluna própria, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

10.20 - Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas.

10.21 - A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.22 - Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.23 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

10.24 - Se mesmo aplicando o critério de desempate mencionado acima as propostas permanecerem empatadas, será realizado sorteio dentre as propostas ou os lances empatados, conforme dispõe o art. 110 do Decreto nº 6.602/2023.

10.25 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.25.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.2.1 - Considera-se indícios de inexequibilidade a proposta que apresente preços global ou unitários com desconto maior que 50% do valor orçado pela administração, conforme disposto no Art. 34 da IN nº 73 da Seges e Art. 116 do Decreto Municipal 6602/2023, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.2 A inexequibilidade, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

11.2.2.1 I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.2.2.2 II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.3 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021.

11.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.5 - O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de contratação.

11.6 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de contratação,



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8 - Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a novadata e horário para a sua continuidade.

11.9 O(a) Agente de Contratação/pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da planilha orçamentária (alterar somente a coluna do valor unitário SEM BDI), cronograma físico-financeiro e quadro de composição do BDI.

11.9.1 - Todos os documentos deverão estar devidamente preenchidos com nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado e o número do RG e assinatura do responsável legal da empresa.

11.10 - É facultado ao(a) Agente de Contratação/pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item anterior.

11.11 - Após a negociação do preço, o(a) Agente de Contratação/pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.12 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação/pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11.13 - Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: pregoeiraveco@gmail.com ou licitacao@veracruz.pr.gov.br.

11.14 - Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Agente de contratação para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.

11.14.1 O Agente não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Vera Cruz do Oeste/Pr quanto do emissor.

11.15 - A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços, sendo realizado, pelo Agente, o registro da não aceitação da proposta.

11.15.1 - Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

11.16 - É facultado ao Agente de contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública**, salvo as situações nos termos do Acórdão 1211 do TCU.

11.17 - Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Agente de contratação a DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11.18 - A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos, sob pena de desclassificação.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

11.19 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12 VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO VENCEDOR E RECURSOS

12.1 - Superada a etapa de classificação das propostas e de análise da proposta de preço do licitante classificado em primeiro lugar, o(a) Agente de Contratação/pregoeiro convocará a licitante mais bem classificada para apresentar a documentação de habilitação, no prazo de até 2 (duas) horas, nas condições previstos neste Edital, procedendo à verificação dos respectivos documentos.

12.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, ou do Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.2 - O(a) Agente de Contratação/pregoeiro poderá realizar diligências nos termos do §4º do artigo 121 do Decreto Municipal nº 6.602/2023.

12.3 - É assegurado aos demais licitantes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios do licitante classificado em primeiro lugar.

12.4 - Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada as hipóteses de saneamento da documentação prevista no subitem 9.1.3:

12.4.1 - A não apresentação da documentação exigida para habilitação, dentro dos prazos previstos neste edital;

12.4.2 - A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, observadas as hipóteses previstas na Lei Complementar nº 147/2014;

12.4.3 - A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidões;

12.4.4 - O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

12.5 - Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Agente de Contratação/pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, e procederá à análise dos seus documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o disposto neste Edital e em seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.6 - Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão:

12.6.1 em até 10 (dez) minutos após abertura do prazo em relação à fase de julgamento, e

12.6.2 mais 10 (dez) minutos após a fase de habilitação.

12.7 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, conforme prescrito no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente por meio eletrônico com uso de certificação digital.

12.8 - Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, por meio eletrônico, anexado ao sistema de compras eletrônicas, e assinadas com uso de certificação digital.

12.9 - O recurso deverá ser dirigido ao(a) Agente de Contratação/pregoeiro que, decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, terá até 3 (três) dias para:

a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

b) Motivadamente, reconsiderar a decisão;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

c) Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10 - A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

12.11 - As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) Agente de Contratação/pregoeiro.

12.12 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.13 Após a decisão dos recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente ADJUDICARÁ o objeto e HOMOLOGARÁ o procedimento licitatório para determinar a contratação.

12.14 Não havendo recurso, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto ao licitante vencedor.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) Agente de Contratação/pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

14.2 - Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

14.3 - A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15 – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o Departamento de Licitações, Compras e Contratos convocará, por meio eletrônico, o(s) adjudicatário(s) para assinar o contrato pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

qualificado), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair do seu direito à contratação.

15.2 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura do contrato, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei, neste Edital e seus anexos.

15.3 A via do instrumento destinada à Contratada, devidamente assinada pelo Contratante, será enviada por e-mail a partir de 05 (cinco) dias após o recebimento da via prevista no item anterior.

15.4 O Município de Vera Cruz do Oeste poderá, quando o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste Edital, ou não apresentar as comprovações do item anterior, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, de conformidade com o presente ato convocatório, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021.

15.5 – O contratado estará condicionado ao aceite de adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133 de 2021.

16 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – A despesa da presente Licitação ocorrerá à conta das seguintes dotações:

DOTAÇÃO	DESPESA	FONTE
08.001.15.451.0004.1085	4.4.90.51.00	0000
08.001.15.451.0004.1085	4.4.90.51.00	1072

16.2 – As parcelas serão repassadas ao contratado após constatada a execução dos serviços previstos nos meses correspondentes ao cronograma físico-financeiro, mediante vistoria e medição realizada por fiscal do município, e posteriormente será autorizada a emissão da nota fiscal.

16.3 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para conta bancária em nome da Pessoa Jurídica contratada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal com o atesto do responsável pelo recebimento dos serviços.

16.3.1 Na nota fiscal deverá constar número de agência bancária e conta corrente para depósito ou chave pix para transferência, vinculada ao CNPJ, conforme instrução normativa 089/13 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – art. 9.

16.4 – A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, INSS, TRABALHISTA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) negativas, ou positivas com efeito de negativas, e válidas para o pagamento.

16.5 – A Contratada deverá apresentar documento comprobatório de regularidade trabalhista e previdenciária da obra.

16.5.1 Caso não seja comprovado o pagamento regular dos encargos previdenciários referentes à obra, a Administração Municipal estará autorizada a quitar diretamente a dívida perante o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), deduzindo o valor correspondente da contraprestação à empresa contratada. A Contratada deverá apresentar documento comprobatório de regularidade trabalhista e previdenciária da obra.

16.6 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspenso até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

16.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada de acordo com a variação “prorata tempore” do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado.

16.8 – Para o contrato oriundo deste Edital, deverão ser aplicadas as disposições do art. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, em relação às alterações contratuais.

17 DO REAJUSTAMENTO

17.1 – Os preços licitados permanecerão fixos e irrevogáveis. Por se tratar de reforma, caso haja imprevistos e a necessidade de aditivo, ficará a cargo da equipe técnica municipal a decisão do mesmo.

17.2 No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto no artigo 184, 184-A e 184-B do Decreto Municipal nº 6.602/2023.

17.3 – A empresa contratada poderá, desde que justificada a necessidade, protocolar pedido de revisão dos valores nos casos enquadrados no art. 124, II, “d”, da Lei nº. 14.133, de 2021, sendo que os valores que decorrerem de inflação ou área econômica normal, com encargos previsíveis e suportáveis, assim como acontecimentos que não interfiram no equilíbrio econômico-financeiro, não serão considerados.

17.4 – O requerimento deverá ser devidamente instruído com provas do efetivo aumento dos preços dos produtos e serviços, e protocolado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal e/ou mediante envio de e-mail para o setor de licitações através do endereço: licitacao@veracruz.pr.gov.br

17.5 – O requerimento será analisado pela Administração Municipal e, enquanto não formulado ou não analisado o pedido, a empresa contratada deverá manter o regular fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, sob pena de incidir nas penalidades de inadimplemento.

17.6 – Os valores devidos somente serão repassados após devolução do termo aditivo assinado e de sua publicação, salvo nos casos em que a alteração se dê por simples apostilamento.

18 – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1 – A vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser aditivado de acordo com a legislação vigente.

18.2 – O prazo de execução da obra será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro anexo, ou seja, no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço.

19 DO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA

19.1 – A obra em questão será executada na PR-488 - Prolongamento da Avenida Pedro Álvares Cabral; Avenida Antônio Vilas Boas, esquina com rua Rui Barbosa, quadra 30 e Ciclovia em diversas ruas da cidade.

19.2 A área total de intervenção do empreendimento é de acordo com as ARTs anexas.

20 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

20.1 – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

20.1.1 - A obra deverá ser executada, criteriosamente, em conformidade com os projetos,



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, quadro de composição de investimento (QCI) e cronograma físico-financeiro, especificações estas fornecidas pelo município as quais estão anexos e integram este edital, e demais normas pertinentes que se apliquem ao caso.

20.1.2 A proponente vencedora deverá seguir o estipulado no cronograma físico-financeiro, ou seja, executar primeiramente todas as intervenções no Lago Municipal Prefeito Nelson Tute Tomazinho, começando pelas intervenções *luminação do lago municipal* seguida das *Melhorias do parque ambiental*. Com essas etapas finalizadas, deverão seguir o cronograma realizando as melhorias na praça da bíblia, e por último as ciclovias pela cidade.

20.1.3 Caso a empresa tenha equipe para executar mais de um item/etapa do orçamento e cronograma ao mesmo tempo sem que os prazos sejam prejudicados, deverá ser repassado à equipe de engenharia a nova ordem de execução, para análise e aprovação.

20.1.4 – Os serviços deverão ser iniciados a partir da emissão da ordem de serviço pelo Departamento de Engenharia deste Município, e deverão ser entregues no período estipulado no cronograma global.

20.1.5 - Os serviços de execução serão sempre inspecionados pelo setor de engenharia do município e, caso não forem aprovados pelo engenheiro responsável, deverão ser refeitos e concluídos até o prazo máximo da vigência do contrato. O engenheiro responsável pela inspeção dos serviços realizados deverá preencher o Termo Circunstanciado, sempre que realizar as medições da obra.

20.1.6 A proponente vencedora deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, tela e dentre outros meios com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

20.1.7 A proponente vencedora deverá usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.

20.1.8 Caberá à proponente vencedora o fornecimento e manutenção de “Diário de obras”, devidamente numerado e rubricado diariamente pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da proponente vencedora, que deverá ser entregue a fiscalização municipal antes de qualquer pagamento.

20.1.9 A proponente vencedora deverá disponibilizar responsável técnico para acompanhamento da obra, o qual deverá acompanhar semanalmente no local de sua execução, por período igual ou superior a 01 (uma) hora diária.

20.1.9.1 Esse responsável deverá emitir a Anotação de sua Responsabilidade Técnica referente à obra, no Conselho Regional, em até 02 (dois) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato e entregar as vias à contratante devidamente assinadas.

20.1.10 – Os Serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho, onde deverá ser previsto: equipamentos de Proteção Individuais-EPI; andaimes com guarda-corpo; uniforme e crachás para os funcionários e demais despesas com segurança.

20.1.11 A CONTRATADA será responsabilizada por danos pessoais ou materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligências, por ação ou omissão no cumprimento dos regulamentos e determinações relativas à segurança em geral.

20.1.12 A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar funcionamento perfeito em todas as suas instalações, equipamentos e aparelhos;

20.1.13 Todo o entulho deverá ser removido pela proponente vencedora, fazendo a limpeza constante das áreas trafegadas e disposição de caçamba coletora de entulho;

20.1.14 A obra deverá ser limpa constantemente de forma a manter o ambiente de trabalho dos funcionários e servidores em condições normais de utilização.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

20.1.15 Além dos equipamentos, maquinário e ferramentas necessários à execução da obra, a proponente vencedora deverá fornecer todos os materiais previstos nos projetos executivos, anexos a este edital, observando a descrição desses e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados pela equipe técnica na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto.

20.1.16 A contratada se responsabilizará também pela gestão dos insumos, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

20.1.17 A não execução do objeto no prazo estabelecido implicará nas sanções e penalidades previstas neste edital e nas cabíveis previstas na Lei nº 14.133/21.

20.2 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, em até 3 (três) dias úteis contados da entrega efetiva, pelo departamento de engenharia do município e pelo fiscal da obra para que o(a) mesmo(a) verifique a conformidade dos serviços às especificações constantes nos projetos e demais anexos deste edital.

20.2.2 – O recebimento definitivo ocorrerá, em até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento provisório, mediante atesto na Nota Fiscal do servidor e/ou comissão de recebimento de bens e serviços mencionados acima, bem como do fiscal da obra, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados.

20.2.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20.2.4 Na hipótese de constatação de irregularidades ou inconformidade que comprometam a aceitação dos serviços, estes serão rejeitados em todo ou em parte, devendo o licitante vencedor refazê-lo(s), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE sob pena de aplicações das penalidades previstas na legislação.

20.2.5 Caso atrase ou se recuse a refazer os serviços, o licitante vencedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o serviço refeito passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega;

20.2.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na entrega dos serviços ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.2.7 - Independentemente da aceitação, a empresa garantirá a qualidade do serviço, obrigando-se a refazer aquele que apresentar defeito e/ou qualquer irregularidade.

21 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

21.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e fiscal da obra, ou por seus substitutos de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 6.602/2023.

21.3 Não obstante o fato de as empresas serem as únicas responsáveis pelo fornecimento dos itens, a Administração, através do responsável técnico, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização aos referidos itens.

21.4 A fim de alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, serão realizados acompanhamento e fiscalização dos serviços, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/21.

21.5 Ficará o servidor efetivo e engenheiro civil Savio de Melo Santos nomeado como responsável pelo processo de fiscalização e acompanhamento da obra, bem como esclarecer



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

21.6 Fica a critério de a fiscalização impugnar qualquer unidade construtiva que não obedeça às condições impostas, bem como, intervir a qualquer momento na execução dos serviços que julgue estarem sendo executados de maneira inconveniente com o projeto e com as normas de segurança ou que venham a comprometer a qualidade da obra.

21.7 A execução dos serviços será acompanhada e obrigatoriamente fiscalizada na figura do Fiscal da Obra, ao qual incumbirá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados. O recebimento, aceitação e atestado dos serviços decorrerão necessariamente de verificação efetiva de sua execução.

21.8 Fica o Departamento de Engenharia do município responsável pela fiscalização da obra podendo paralisar a qualquer momento os serviços que não obedecerem às especificações mínimas de projeto.

21.9 A presença da fiscalização designada pela contratante na obra não diminuirá a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução dos trabalhos.

21.10 A fiscalização, ao considerar concluída a obra, comunicará o fato ao coordenador do contrato, para as providências cabíveis.

21.11 A proponente vencedora deverá manter na obra um projeto completo, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização, bem como o Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual diariamente deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.

21.12 - Constituem atribuições do **FISCAL DO CONTRATO**, dentre outras, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 6.602/2023:

21.12.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

21.12.2 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

21.12.3 examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

21.12.4 - Atuar, tempestivamente, na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

21.12.5 - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 16 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

21.12.6 - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 16 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

21.12.7 - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

21.12.8 - Fica designado como Fiscal de Contrato o servidor Pablo Felipe Hubner de Araújo conforme Portaria nº 5.120/2023.

21.12.9 Fica designado como fiscal da obra Savio de Melo dos Santos, conforme Portaria nº 5.442/2024.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

21.13 - Constituem atribuições do **GESTOR DO CONTRATO**, dentre outras, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 6.602/2023:

21.13.1 - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do § 7º do art. 14 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

21.13.2 - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, registrando em relatório os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

21.13.3 coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

21.13.4 coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos previstos no inciso I do § 7º do art. 14 do Decreto Municipal nº 6.602/23;

21.13.5 elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

21.13.6 coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

21.13.7 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

21.13.8 realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, quando não for designada comissão de recebimento; e

21.13.9 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

21.13.10 Fica designado como gestor do contrato o Sr. Itacir Lira, conforme Decreto nº 5.627/2021.

22 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

22.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

22.2 - Além da execução dos serviços previstos como contrapartida física, serão ainda responsabilidades da **CONTRATANTE**:

22.2.1 exigir o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela empresa vencedora;

22.2.2 Manter, desde o início dos serviços e obras até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos;

22.2.3 – Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços;

22.2.4 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução dos serviços e do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

22.2.5 - Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;

22.2.6 - Proceder às medições mensais dos serviços efetivamente executados;

22.2.7 - Efetuar os pagamentos das faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada com base nas medições de serviços aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato, ou seja, que forem regularmente liquidadas;

22.2.8 - Pagar à proponente vencedora o valor resultante da prestação de serviço no prazo estabelecido;

22.2.9 - Proporcionar as condições para que a empresa vencedora possa cumprir as obrigações pactuadas;

22.2.10 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal.

22.2.11 - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação da proponente vencedora, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

22.2.12 - Solicitar a prorrogação do prazo de vigência contratual, se for o caso, manifestando acerca da necessidade e da qualidade de execução do contrato;

22.2.13 - Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas neste edital;

22.2.14 - Paralisar a execução do contrato diante de graves descumprimentos pelo fornecedor ou riscos para a Administração;

22.2.15 - Sugerir as pertinentes aplicações de penalidades, descrevendo claramente a penalidade cabível em cada caso encaminhando posteriormente ao Setor de Gestão de Contratos.

22.3 - São obrigações da **PROPONENTE VENCEDORA**:

22.3.1 Certificar-se preliminarmente de todas as condições exigidas neste edital e seus anexos, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

22.3.2 Executar os serviços e obras em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como com as informações e instruções emanadas pela fiscalização da contratante;

22.3.3 Assumir sob sua responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas ou quaisquer ônus fiscais de origem federal, estadual ou municipal bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, decorrentes da execução da obra e serviço prestado.

22.3.4 - Apresentar a respectiva Nota Fiscal contendo em seu corpo a descrição dos serviços e respectivos valores, bem como conta vinculada ao CNPJ para efetuar o pagamento.

22.3.5 Providenciar imediata correção/reparo de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE, referentes às condições firmadas neste edital.

22.3.6 - Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, leis ambientais, normas técnicas regulamentadoras, de acordo com a Legislação vigente.

22.3.7 Informar aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.

22.3.8 Fornecer aos empregados, gratuitamente e em perfeito estado de conservação e funcionamento, equipamentos de proteção individual adequado ao risco envolvido.

22.3.9 Comunicar, imediatamente e por escrito, à Administração Municipal qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, bem como, qualquer fato que possa implicar no atraso da prestação dos serviços, ou anormalidade que venha interferir na entrega/fornecimento dos mesmos.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

22.3.10 Atender com prontidão as reclamações por parte da contratante relacionados com o objeto contratado;

22.3.11 Em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

22.3.12 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará na aplicação das medidas cabíveis.

22.3.13 Realizar o transporte de material residual para fora, não devendo deixar o local com qualquer resíduo de material utilizado durante a execução dos serviços;

22.3.14 Realizar os serviços do presente objeto, de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência;

22.3.15 Manter, durante a execução da obra, em local adequado, caçamba, para recolhimento diário dos entulhos provenientes da obra;

22.3.16 Manter seus empregados identificados, uniformizados e com equipamentos de proteção individual – EPI quando em trabalho, devendo substituir qualquer um deles que demonstre ser inconveniente à boa ordem dos serviços.

22.3.17 Providenciar, por conta própria, toda sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

22.3.18 Possuir acompanhamento da execução da obra pelo Engenheiro Responsável Técnico da empresa;

22.3.19 Registrar diariamente, no Diário de Obras, os serviços executados e em andamento, entrada e saída de equipamentos, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas.

22.3.20 Estudar todos os elementos de projeto de forma minuciosa, antes e durante a execução dos serviços e obras, devendo informar à Fiscalização sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada;

22.3.21 Providenciar as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto, quando se aplicar, como água, esgotos, gás, energia elétrica e telefones,;

22.3.22 Fornecer tudo o que for necessário para a execução da obra, tais como equipamentos, maquinários, ferramentas e materiais previstos nos projetos executivos, observando a descrição destes e os critérios qualitativos e quantitativos detalhados pela equipe técnica na planilha orçamentária, nas memórias de cálculos e no memorial descritivo de cada etapa do projeto.

22.3.23 Responsabilizar-se pela gestão dos insumos, não se admitindo atraso na execução dos serviços por alegada ausência de materiais.

22.3.24 É de responsabilidade da proponente vencedora requerer o laudo de recebimento provisório e definitivo da obra.

23 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

23.1 – O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021:

23.1.1 - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, inclusive em caso de aditivos para prorrogação de vigência;

23.1.2 - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

23.2 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

23.3 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

23.4 Será exigido da proponente vencedora prestação de garantia no valor correspondente a de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme estipulado no art. 98 da Lei Federal 14.133/2021

23.5 - Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

23.5.1 - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

23.5.2 - Seguro-garantia;

23.5.3 - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

23.5.4 - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total

23.6 – No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

23.7 A apólice do seguro garantia deverá ser protocolado no Departamento de Licitações em até 5 (cinco) dias, ou enviado para o endereço eletrônico licitacao@veracruz.pr.gov.br.

23.8 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

24 - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

24.1 Os serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho. Onde deverá ser previsto: equipamentos de Proteção Individuais-EPI; andaimes com guarda-corpo; uniforme e crachás para os funcionários;

24.2 É de responsabilidade da proponente vencedora cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, informando aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.

24.3 A proponente vencedora deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI e equipamento de proteção coletiva - EPC, quando for cabível.

24.4 - A proponente vencedora deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPIs, bem como fornecer os equipamentos necessários de proteção individual gratuitamente, fiscalizando seu uso e exigindo utilização correta dos mesmos.

24.5 - A proponente vencedora, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência, erros, falhas ou descumprimento das Leis e Normas Regulamentares de segurança em geral vigentes.

24.6 - A proponente vencedora não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

24.7 A proponente vencedora deverá manter em todos os locais de serviços, um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente naqueles localizados em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

25 DA SUBCONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

25.1 – A proponente vencedora será responsável por executar todos os serviços previstos em projeto, memoriais e orçamento. Pelo porte da obra, será permitido subcontratar serviços de paisagismo e pintura, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, ou seja, 25% do valor máximo da contratação.

25.1.1 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

25.2 – Caso a proponente vencedora optar pela subcontratação mencionada no item 25.1, a subcontratada deverá estar habilitada nos mesmos termos e condições da proponente vencedora inclusive quanto ao impedimento de licitar, não sendo necessária habilitação técnica devido a pouca complexidade dos serviços autorizados para subcontratação.

26 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, nas seguintes situações, dentre outras:

26.2 Aplicação de multa:

26.2.1 - A multa poderá ser aplicada em conjunto com todas as demais sanções, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

26.3 - Aplicação de advertência acrescida de multa:

26.3.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

26.4 - Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:

26.4.1 – Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos:

26.4.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.4.1.2 dar causa à inexecução total do contrato;

26.4.1.3 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

26.4.1.4 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.4.1.5 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.4.1.6 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.5 - Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:

26.5.1 – Quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

26.5.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.5.1.2 - Dar causa à inexecução total do contrato;

26.5.1.3 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

26.5.1.4 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

26.5.1.5 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.5.1.6 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.5.1.7 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

26.5.1.8 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.5.1.9 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

26.5.1.10 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

26.5.1.11 - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

26.6 - Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

26.7 - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, conforme art. 161 da Lei 14.133/21.

26.8 - As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

27 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

27.1 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste - PR o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021.

27.2 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

27.3 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende, dando ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

27.4 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar a proponente vencedora pela Administração, porém, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

27.5 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei nº. 14.133, de 2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

27.5.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

27.6 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

27.7 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27.8 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste - PR.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

28 – EXTINÇÃO CONTRATUAL

28.1 - O contrato poderá ser extinto caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137, 138 e 139 da Lei n.º 14.133/21.

28.2 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

29 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

29.1 - O Município realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

29.2 - O Município fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

29.3 - As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

29.4 - As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

29.5 - As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

30 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 – Todos as referencias de tempo mencionados neste edital referem-se ao horário de Brasília – DF.

30.2 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico <https://www.veracruz.pr.gov.br/>

30.3 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.4 - As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

30.5 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

30.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste, exceto quando explicitamente disposto em contrário, respeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

30.7 - A apresentação da proposta é considerada como evidência suficiente de que a proponente aceita todas as instruções deste Edital.

30.8 - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

30.9 - A proponente deverá indicar ao Agente de contratação todos os meios de contato (telefone e endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual, podendo para tanto, utilizar-se do Modelo de declaração unificada (Anexo IV).

30.9.1 Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

30.9.2 - O Agente de contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Vera Cruz do Oeste quanto do emissor.

30.10 - Caso a etapa de lances ultrapasse o horário de expediente, o certame será suspenso e retornará no horário informado via chat.

30.11 - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de contratação em contrário.

30.12 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

30.13 A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

30.14 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a proponente vencedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

30.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste edital.

30.16 A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto do presente edital, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

30.17 Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com frete, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos e despesas necessários ao fornecimento e entrega do objeto licitado no Município de Vera Cruz do Oeste, sendo que a proponente vencedora será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

31 DO FORO

31.1 - Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Matelândia -PR, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

32 - ANEXOS DO EDITAL

32.1 - Compõem este instrumento convocatório, além das condições específicas constantes do corpo do edital, os seguintes documentos:

32.1.1 Anexo I. Estudo Técnico Preliminar - ETP;

32.1.2 Anexo II. Termo de Referência - TR;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000
Vera Cruz do Oeste – PR
Fone: (45) 3267-8000

- 32.1.3** Anexo III. Modelo de proposta;
- 32.1.4** Anexo IV. Modelo de declaração unificada;
- 32.1.5** Anexo V. Minuta de contrato;
- 32.1.6** Anexo VI – declaração microempresa e empresa de pequeno porte
- 32.1.7** Anexo VII – Memorial de Calculo e Memorial descritivo
- 32.1.8** Anexo VIII – projetos arquitetônicos
- 32.1.9** Anexo IX – Planilha Orçamentária
- 32.1.10** Anexo X - Cronograma físico-financeiro
- 32.1.11** Anexo XI - quadro de composição do investimento (QCI)

Vera Cruz do Oeste, 19 de novembro de 2024.

Keli Fatima Trevisol
Agente de contratação